

In: SILVA, Mauricio Roberto (org.). **Esporte, Educação, Estado e Sociedade**. Chapecó: Argus, 2007.

ESPORTE EDUCACIONAL ... EXISTE?

Tarefa e compromisso da Educação Física com o esporte na escola

Giovani De Lorenzi Pires *

Juliano Silveira **

PRELIMINAR

O presente texto, não mais que um ponto de vista¹, insere-se no esforço coletivo de se buscar elementos que possibilitem refletir sobre as políticas públicas, sobre as ações governamentais e as do chamado terceiro setor, em relação ao esporte e ao lazer em nosso país. Sem a pretensão de efetuarmos um grande balanço do campo, nossa intenção é somente a de resgatar alguns aspectos da trajetória recente de um dado recorte deste fenômeno, que é o do esporte educacional e, mais especificamente, o escolar, em itens que seguem essa “preliminar”, os quais denominamos, metaforicamente, “entrando em campo”, “primeiro tempo” e “segundo tempo”. Na “prorrogação”, sugerimos algumas considerações a serem observadas/refletidas com vistas ao desenvolvimento do conteúdo esporte no âmbito da escola.

* Professor do DEF/Centro de Desportos (UFSC); e do PPGEF (UFSC); integrante do (NEPEF/UFSC) Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física.

** Mestre em Educação Física pela UFSC, área Teoria e Prática Pedagógica, sob orientação do Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva.

¹ Alinhamo-nos aqui aos “textos malditos” do professor Silvino Santin, que assim se refere a produções suas que, por alguma razão, não foram publicadas; reunidas numa coletânea, esta recebeu justamente tal título (Santin, 2002). Nosso texto quase teve igual destino. Produzido inicialmente para constar de uma coletânea com palestras da Conferência Mineira de Esporte, que não foi publicada. Encaminhado, a seguir, para um periódico brasileiro de Educação Física, foi recusado porque o tipo de abordagem (ponto de vista) não tinha espaço adequado na revista, embora seu conteúdo tenha sido considerado interessante para a área pelos pareceristas.

A estrutura padrão do texto é subsidiária da sua primeira versão, produzida como roteiro para palestra proferida (GLP) na Conferência Mineira do Esporte, em Belo Horizonte (MG) em maio de 2004, no Eixo Temático n. 2 – Esporte Educacional. Para a presente versão foram feitos vários ajustes redacionais e atualizações, mas manteve-se o tom original de oralidade e de uma certa informalidade.

ENTRANDO EM CAMPO (ou: duas teses quase contraditórias)

Em vista da importância assumida pelo esporte como elemento hegemônico na cultura de movimentos da sociedade contemporânea, torna-se cada vez mais necessário pensá-lo em todas as suas dimensões e manifestações. No presente recorte, este pensar não está orientado diretamente para a sua face mais visível, do alto rendimento, mas para outra, igualmente significativa, que se refere às práticas da chamada cultura esportiva que acontece em âmbitos educativos, especialmente o escolar, e que se caracteriza pela denominação de “esporte educacional”.

Para esta reflexão acerca do esporte educacional, partimos de dois pressupostos que, embora aparentemente contraditórios, devem ser entendidos como complementares. Essa linha tênue entre a contradição e a complementaridade emerge do fato de que a expressão “educacional” transita por duas esferas distintas, porém, estabelecendo uma identidade.

Dessa maneira, esperamos que as duas teses aqui apresentadas sejam percebidas como subliminares ao longo do texto, a fim de que sua complementaridade possa ser, então, compreendida. São elas:

- 1) Não existe um esporte educacional. Isto é, a tradicional classificação triádica do esporte, que concebe manifestações de rendimento, de participação e educacional (Tubino, 1992), é apenas uma produção abstrata.

Como Valter Bracht (1997), pensamos que há, na verdade, uma situação dual: o esporte que visa o rendimento e o que é vivenciado no tempo livre, podendo existir ainda uma sobreposição destes: um esporte de rendimento que é lazer enquanto espetáculo assistido; ou seja, uma transformação do esporte em mercadoria a ser

veiculada/comercializada pelos meios de comunicação de massa a serviço da indústria cultural. O esporte educacional existe, portanto, apenas como um produto da constante tensão entre estas duas manifestações², deslocando-se ora mais para uma, ora mais para a outra e, assim, sendo construído e reconstruído cotidianamente nos ambientes educativos.

Neste embate, configura-se um conjunto de situações que envolve e, de certo modo, dá conformidade ao esporte, do o cenário sociocultural em que acontecem essas práticas esportivas (escola, universidades, instituições socioeducativas etc.) até as representações e valorações dos vários agentes sociais que propõem e implementam o esporte no ambiente educativo. Valores estes que podem ser identificados nos documentos orientadores oficiais do esporte, nas demandas sócio-político-econômicas que levam à proposição e implementação de políticas públicas, na formação profissional do educador e na sua visão de mundo, sociedade, ser humano, educação, esporte, entre outros.

- 2) Toda a manifestação esportiva é, intencional ou não intencionalmente, explícita ou de forma não explícita, educativa.

Isso significa dizer que existe sempre um conjunto de valores, habilidades, aptidões, conhecimentos e condutas que são aprendidos, consciente ou inconscientemente, na relação que estabelecemos com o esporte, englobando suas dimensões formal ou informal, de rendimento ou de lazer, na condição de prática propriamente dita ou na de assistência ao espetáculo esportivo. Que aprendizados serão estes vai variar de acordo com os interesses, objetivos, valores, conhecimentos que estão presentes na relação que se trava com as manifestações da cultura esportiva, inclusive com os seus agentes. Assim, podemos sugerir, como Paulo Freire (1970), que também no esporte escolar não existe uma prática pedagógica que se constitua como neutra: ou se educa para a libertação e fruição autônoma desta manifestação da cultura de movimento,

² Estas duas perspectivas adentram os muros escolares, resultando no que foi denominado por Vago (1996) de “cultura escolar de esporte”, isto é, uma cultura esportiva produzida no interior da escola e capaz de estabelecer uma tensão permanente (de apropriação e reconstrução) com as demais manifestações sociais de esporte.

ou com certeza se estará educando para a domesticação e a reprodução acrítica de valores, práticas, entendimentos a respeito do esporte.

Para constar, é importante salientarmos ainda que a abordagem aqui proposta está mais centrada no esporte educacional no âmbito escolar, área na qual nossa contribuição tende a ser mais pertinente, devido, sobretudo, ao nosso envolvimento com a formação de professores e com a Educação Física escolar. Todavia, pensamos que o esporte universitário, do ponto de vista educacional, não difere muito do escolar – exceto, é claro, pelas estratégias de marketing esportivo das universidades privadas, mas esta perspectiva está associada diretamente ao esporte de rendimento.

Ressaltadas essas questões, passamos agora ao tema destacado para esta reflexão. Entendemos ser pertinente revisitarmos inicialmente, ainda que de forma abreviada, a trajetória do esporte educacional no âmbito escolar nos últimos vinte anos, aproximadamente, bem como os movimentos que a Educação Física vem fazendo para refletir sobre os seus propósitos, discursos e práticas esportivas educativas.

O PRIMEIRO TEMPO: ditadura militar, redemocratização e esporte na escola

O tema do esporte em sua dimensão que acontece em ambientes educacionais tem sido intensa e apaixonadamente debatido na Educação Física brasileira, com uma produção acadêmica considerável nas últimas duas décadas.

Iniciavam-se os anos 80 e a sociedade brasileira engajava-se na luta pela redemocratização do país, governado pelos militares desde 1964. No bojo daquele grande movimento político e social, com profundos reflexos pedagógicos em quase todas as áreas do conhecimento, a Educação Física se preocupou em identificar dentre as concepções e práticas pedagógicas que estivesse promovendo na escola aquelas que pudessem ser consideradas favoráveis, ainda que ingenuamente (ou nem tanto), à doutrina política da ditadura militar.

Com base em autores europeus da sociologia crítica do esporte (como Norbert Elias e Jean-Marie Brohme), mas sobretudo sob a inspiração das teorias marxistas da educação, o esporte que acontecia na escola foi identificado como uma das nossas principais contribuições à manutenção do regime político de exceção. Não demorou muito para que fossem dirigidas ardorosas críticas ao esporte escolar e, por extensão, aos professores que se dedicavam ao ensino do esporte no âmbito da escola – críticas essas, algumas delas, exageradas, é verdade, mas talvez necessárias; falaremos disso mais adiante.

Curiosamente, um dos primeiros alertas veio do professor alemão Jurgen Dickert, então visitante na pós-graduação da UFSM-RS, que insistia na necessidade de se pensar o Esporte para Todos (EPT) na escola (Dickert, 1985). Tal proposta era apresentada em contraposição à esportivização exacerbada que vinha acontecendo na Educação Física escolar em nosso país, orientada que era para o que se pensava ser o então chamado esporte de performance: nossos alunos eram nossos atletas; nossas aulas, sessões de treinamento, o que justificávamos – já transformados em treinadores – porque era preciso preparar nossas equipes para ganhar os campeonatos escolares e, quem sabe, ir aos JEB's.

Embora viesse respaldada em belíssimas experiências sociais e pedagógicas que aconteciam na Europa ocidental, notadamente em países da região da Escandinávia, a recomendação do professor Dickert não surtiu muito efeito em terras tupiniquins. Este fato pode ser explicado, talvez, porque o nome e a sigla EPT já tivessem sido cooptados pelos governos militares e transformados em estratégia político-ideológica de controle social, conforme salientou Cavalcanti (1984)³.

Nessa tentativa de identificar as origens da crítica e da mudança paradigmática em relação ao esporte da escola, vale destacar o texto do professor Valter Bracht, publicado originalmente em 1987, cujo título expressa quase tudo: “A criança que pratica esporte aprende as regras do jogo ... capitalista” (Bracht, 1992).

³ Hoje, quando se multiplicam tantos e tão duvidosos programas ditos sociais de esporte, o EPT bem que merecia ser redescoberto. Naquela época, havia, sobretudo, muito trabalho voluntário, engajado, ainda que ingênuo. Não era como atualmente, na maioria das vezes, um cabide de empregos para ex-atletas, pagos com verba pública, por meio de alguma ONG, via convênios ou renúncia fiscal.

Pronto! Logo o esporte praticado na escola passou a receber rótulos. Na ótica da crítica marxista, ele foi associado à prática de um esporte tradicional, conservador, reacionário, excludente, alienante, de resultados, burguês, capitalista, enfim, da “direita raivosa”. Um esporte que, na essência, reproduzia as desigualdades inerentes ao modo capitalista de produção da vida humana, e se encontrava a serviço de elites como um instrumento de dominação das classes subalternas. Ou nos dizeres de Kunz (1994, p.16), fomentava-se o esporte como “uma seqüência, até mais rigorosa, do processo de alienação e reificação do homem que já acontecia na sociedade, especialmente com a classe trabalhadora, na relação com o poder econômico de uma Elite”. Precisava, portanto, ser combatido.

Buscava-se pensar, então, em um outro esporte para a escola, que pudesse ser transformador, socialmente justo, que não discriminasse nem excluísse ninguém, que fosse efetivamente para todos, em que importasse mais o processo (o jogo) do que o produto (resultados). Enfim, queríamos para a escola um esporte que desenvolvesse a consciência crítica, que negasse as características inerentes ao alto rendimento; um esporte de esquerda, socialista, revolucionário, progressista⁴.

Na ausência de fundamentos conceituais e metodológicos que pudessem construir esse “novo” esporte e na contracorrente da realidade social, que já havia incorporado o esporte à identidade cultural do país, muitos professores resolveram radicalizar: era preciso negar o esporte na escola, pura e simplesmente! Havendo até um ensaio de justificativa conceitualmente fundamentada: se o esporte era criação da revolução industrial e, portanto, contemporâneo e fruto do mesmo processo que havia gerado o modo de produção burguês-capitalista, então não tinha jeito, o esporte seria sempre capitalista; compactuar com ele era fazer o jogo do capital, da direita, dos militares, enfim, da ditadura!

Anteriormente, dissemos que estas críticas eram um pouco ingênuas e, em alguns casos, até mesmo exageradas. Mas, sem dúvida, eram legítimas e necessárias. Tentaremos explicar nossa assertiva. Havia, de fato, uma vigorosa estrutura político-ideológica e legal

⁴ Expressão muito cara, então, às esquerdas democráticas, até ser assumida e ressignificada pelo Partido Progressista, de corte direitista e conservador, que contempla em seus quadros partidários figuras tradicionais deste campo do espectro político-ideológico, como Paulo Maluf.

promovida pelo aparato oficial de propaganda e ação governamental dos militares, que colocava o esporte como a referência principal das práticas culturais de movimento.

Sua interiorização, com o auxílio da televisão⁵, fazia com que ele chegasse a quase todos os cantos do país, e na esteira dos “noventa milhões em ação” do tri-campeonato mundial no México em 1970 veio a produção de ídolos para o espetáculo esportivo, que contribuía para mostrar a importância de se começar a prática do esporte na escola, e começar cedo! Prova disso é o famoso decreto 69.450/71, que determinava a obrigatoriedade da iniciação esportiva na escola a partir da 5ª. série do então 1º grau. A instituição dos Jogos Escolares e Jogos Universitários pelo MEC, com expressivo apoio financeiro e de mídia, entre outras iniciativas, completava o cenário amplamente favorável à esportivização das atividades escolares e universitárias da Educação Física.

Assim, configurou-se um entendimento entre os intelectuais de esquerda da Educação Física, de que, para estabelecer um contraponto, uma crítica aos interesses ideológicos do governo militar para o esporte, era preciso um outro discurso, igualmente forte, que de fato balançasse os alicerces presentes naquele imaginário social. Mesmo que, a princípio, não se configurasse como uma alternativa a ser implementada, serviria para questionar, para refletir o *status quo* que havia sido produzido para e pelo esporte educacional. Tal reflexão tinha o intuito de colocar em xeque algumas certezas que haviam sido consolidadas em estruturas e normatizações rígidas, que não permitiam nem aceitavam o debate acadêmico e público. Em outras palavras, era preciso forçar a *curvatura da vara* para o outro lado, para que ela encontrasse um novo ponto de equilíbrio, figura com a qual o professor Dermerval Saviani (1987) recorria à teoria leninista para localizar e superar o embate entre Escola Nova e educação tradicional. Na Educação Física, a curvatura da vara foi, então, o discurso da negação do esporte na escola.

⁵ Os governos militares defendiam um projeto de “integração nacional”, que implicava o desenvolvimento e interiorização dos meios de comunicação de massa (cujo conteúdo cultural era controlado pela censura), de telefonia e de transmissão de dados (para maior agilidade no setor financeiros e de negócios). Agindo assim, promovia a associação dos interesses ideológicos do governo militar com os de cunho comercial, das redes de televisão, notadamente a Globo. Por exemplo, a partir de 1969, quando foi inaugurada a Rede Básica de Microondas, a então estatal EMBRATEL passou a plantar torres de transmissão em todos os recantos do país, dando “carona” às antenas de retransmissão do sinal da Rede Globo, cuja programação passou a chegar, assim, em praticamente todo o Brasil. A esse respeito, ver, por exemplo, Jambeiro (2002) e Priolli (2000).

Se os resultados foram, de certa forma, os esperados, em alguns casos a dose parece ter sido exagerada e provocou estragos maiores do que a expectativa. Passamos do tecnicismo e da diretividade pedagógica nas práticas esportivas escolares para um tipo de *laissez-faire* já amplamente denunciado, do professor que se limita a entregar e recolher a bola nas aulas de Educação Física escolar. Inesperadamente, o desejado movimento de reflexão e ressignificação das orientações do esporte praticado na escola produziu um vácuo no qual não se teve competência para gerarmos uma outra perspectiva de esporte para o âmbito educacional, resultando, em muitos casos, no conhecido “jogar uma bolinha na aula de Educação Física!”. Assim, pela falta de proposição de alternativas pedagógicas da Educação Física para o esporte escolar, negada a sua perspectiva do rendimento, permaneceu-se estagnado, sem avanço nenhum além de discurso crítico *sobre* o esporte educacional.

O SEGUNDO TEMPO: da *Nova República* ao *Governo Lula*, novos (e velhos) discursos sobre o esporte educacional

O advento da Nova República em 1985, do governo “tudo pelo social” de José Sarney, contribuiu para que, ao menos, se reduzisse a pressão do aparato legal em relação ao esporte escolar. O então secretário da SEED/MEC, Bruno da Silveira, toma as primeiras iniciativas governamentais para se repensar o esporte brasileiro como um todo e o educacional em especial. Cria-se então uma comissão para a reformulação da política nacional de esporte, que indica a responsabilidade da União, Estados e Municípios pela promoção, incentivo e manutenção compartilhadas do esporte educacional e de participação social⁶. Desta maneira, o esporte de rendimento seria transferido para a esfera da iniciativa privada, embora saibamos que isso nunca chegou a acontecer plenamente.

Para percebermos o quanto que o Estado e as estatais continuam sendo os principais promotores/patrocinadores do esporte olímpico brasileiro, basta verificarmos alguns exemplos: a) a chamada lei Agnelo-Piva presta importante auxílio financeiro ao

⁶ Ver Relatório Conclusivo da Comissão de Reformulação do Desporto (BRASIL-SEED/MEC, 1985).

COB (Comitê Olímpico Brasileiro) e confederações esportivas, por meio da concessão de parte do valor arrecadado com as loterias; b) o Banco do Brasil, desde a década de 80, é o principal patrocinador do voleibol brasileiro; c) da mesma forma, a Petrobras vem apoiando vários esportes, sendo hoje o patrocinador oficial da Confederação Brasileira de Handebol; d) os esportes náuticos brasileiros têm íntimas e antigas relações com os Correios, assim como o atletismo com a Caixa Federal etc.⁷

Mais adiante, por ocasião dos JEB's de 1989, sob a inspiração do então secretário da SEED/MEC, professor Manoel Tubino, o esporte escolar é repensado e reconstruído em outras perspectivas socioculturais, não sem a ferrenha oposição e até mesmo o boicote de alguns adeptos e defensores do esporte de rendimento na escola, que não queriam perder seu espaço e glória de vencedores.

O malfadado fenômeno Collor, todavia, atualiza as velhas e autoritárias teses do “Brasil, potência esportiva mundial”, novamente com reflexos diretos sobre o esporte escolar. Os secretários-atletas que se sucederam (Zico, Bernard), importantes para o governo devido ao prestígio internacional que lhe emprestavam, preocuparam-se, como era óbvio esperar, em criar incentivos ao esporte profissional ou de rendimento, dos quais eram provenientes, em detrimento de ações concretas em favor do esporte com perspectivas educativas. Parafraseando o professor Silvino Santin, o esporte educacional permaneceu como um discurso à procura de um corpo de conhecimentos e de práticas pedagógicas que o realizassem como esfera de formação humana emancipatória (Santin, 1992).

No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando ainda havia um resíduo social-democrata que se opunha ao neoliberalismo escancarado que caracterizaria seu segundo governo, algumas iniciativas governamentais em favor do esporte educacional podem ser reconhecidas, por meio de parcerias do Ministério Extraordinário do Esporte e do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento do Esporte (INDESP) com instituições de ensino superior. Inclusive aquela que resultou na realização da Conferência Nacional de Esporte Educacional, em 1996, na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, quando

⁷ Além disso, a lei de incentivo ao esporte, recém aprovada pelo Congresso Nacional, prevê a concessão de isenções fiscais (isto é, renúncia de impostos por parte da União) aos patrocinadores que investirem no esporte, a exemplo do que ocorre com a lei de incentivo à cultura (Lei Rouanet).

foram discutidos os seus princípios norteadores: identidade cultural, totalidade, co-educação, emancipação, cooperação, participação, regionalismo (Conferência Brasileira de Esporte Educacional, 1996).

O problema é que eram só princípios, faltaram os meios e os fins. Na verdade, faltaram os meios (financeiros) para realizá-los, porque o fim, aliás, pode ser claramente identificado no chamado “vexame” olímpico do Brasil nos Jogos de Sydney, em 2000. A desculpa para a ausência das esperadas medalhas já estava à mão: a falta de formação, do esporte de base, por culpa da escola e dos professores de Educação Física, que não formam mais atletas.

Retornava-se, na perspectiva dos nossos governantes, ao velho objetivo do esporte em âmbito escolar: transformar a escola numa fábrica de atletas, onde o talento esportivo seria descoberto⁸. Mais do que isso, o problemático na questão foi a desconsideração de tudo aquilo que a Educação Física havia produzido nos quase vinte últimos anos, como se as reflexões da área não fossem relevantes para se pensar o papel do esporte, especialmente aquele que deveria acontecer no âmbito escolar.

O “fracasso” em Sydney foi a “deixa” para que fosse retomada a discussão sobre a obrigatoriedade da Educação Física escolar⁹ e também para justificar o desenvolvimento de projetos governamentais de esporte no âmbito escolar – todos originários do Ministério do Esporte, não do MEC, o que, mais uma vez, torna a iniciativa exemplar! Projetos estes que se prolongaram e alcançaram o primeiro mandato do governo Lula, alguns de cunho assistencialista (por exemplo, Esporte na Escola, atualmente Segundo Tempo), outros destinados à descoberta de talentos esportivos.

A respeito dessa duplicidade de propósitos para a intervenção com o esporte na escola, como prática assistencial e/ou de detecção de talentos jovens, vale a pena nos referirmos a dois interessantes estudos documentais.

⁸ Ver, por exemplo, Darido (2000).

⁹ Naquele momento, ocorreu a primeira mudança no artigo 26 da LDB 9394/96, que trata da Educação Física no ensino básico (por iniciativa do Ministério do Esporte e não do MEC, o que já é elucidativo), com a introdução do termo “obrigatório”. No final de 2003, foi promulgada a Lei n. 10.793/2003, que mudou mais uma vez a sua redação. Num verdadeiro retrocesso, o texto trata agora a Educação Física escolar não mais como um componente curricular, mas novamente como mera “atividade”, de cuja “prática” estão dispensados vários grupos especiais de alunos (Brasil, Lei n. 10.793).

O primeiro trabalho, desenvolvido por Silveira (2003), no estado de Santa Catarina, analisa as enormes contradições conceituais e de orientação pedagógica para o esporte educacional, expressas, respectivamente, na Proposta Pedagógica do Estado (que orienta a Educação Física escolar) e no projeto Esporte na Escola (seção estadual do projeto de âmbito federal, anteriormente referido), cujos discursos legais colocam responsabilidades totalmente contrárias para o mesmo professor, para a mesma escola e, pior, para os mesmos alunos. Seguidas efetivamente, poderiam gerar perigoso quadro epidêmico de esquizofrenia e crise de identidade entre professores e alunos!

Nas palavras do autor, para atender aos propósitos dos dois documentos precisaríamos pensar num professor de Educação Física com duas faces muito distintas: nas aulas de Educação Física ele estaria comprometido com uma concepção de esporte voltada para a reconstrução e a reapropriação crítica do mesmo. Num passe de mágica, estaria, esse mesmo professor, envolvido pela farsa da inclusão social “através” do esporte, voltando seus esforços para a formação de novos atletas e consumidores para o esporte (Silveira, 2003).

O segundo estudo, produzido por Renata Barcelos Chaves (2005), discute o projeto “Descoberta do Talento Esportivo”, ação patrocinada pelo Ministério do Esporte por meio da sua rede CENESP (Centro de Excelência Esportiva), ligada a Secretaria Nacional de Alto Rendimento.

A pesquisa analisou os documentos oficiais que fundamentam a ação “Descoberta do Talento Esportivo”, especialmente dois textos indicados como bases teóricas da ação: a) “Projeto Esporte Brasil: indicadores de saúde e fatores de prestação esportiva em crianças e jovens”, desenvolvido pelo Setor de Pedagogia do Esporte do Centro de Excelência Esportiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (rede CENESP-UFRGS), e b) “Talento Esportivo: estudo de indicadores somato-motores na seleção para o desporto de excelência”, de Gaya, Gonçalves da Silva, Cardoso e Torres.

Particularmente, o segundo documento detalha e fundamenta o processo de prospecção, detecção e seleção de talentos esportivos, não apenas para esta ação, mas para qualquer iniciativa da Rede CENESP com interesse na descoberta de talentos esportivos.

O objetivo principal da ação Talento Esportivo seria, por meio da realização de testes de habilidades motoras, valências físicas e medidas corporais em jovens escolares, de

10 a 17 anos, constituir um banco de talentos esportivos, disponível para federações, clubes e outras instituições privadas interessadas em investir na formação esportiva desses jovens.

Concluindo, Chaves nos deixa uma série de interrogações sobre o projeto, que dá a medida da pouca coerência teórico-metodológica, ética e política da ação do Ministério. Entre outras questões, ela observa que:

a) a análise da ação “Descoberta do Talento Esportivo” demonstra que seu entendimento sobre esporte, independente do ambiente que estiver inserido, é aquele que se traduz exclusivamente em rendimento, performance, desempenho, competição, vitória, recordes, desconsiderando todos os esforços e o discurso do próprio Ministério, que enfatiza o esporte como fator de inclusão social;

b) o conceito de talento esportivo presente nos documentos oficiais é tratado de forma bastante simplista, baseada numa concepção biologicista de criança e de jovem, sem atentar para fatores socioambientais que são o fulcro do desenvolvimento da cultura de movimento/esportiva na faixa etária indicada para testagem;

c) seria ainda pertinente, ante os avanços científicos e tecnológicos disponíveis ao treinamento esportivo, supor que apenas um conjunto de padrões somatotipológicos e desempenhos motores é suficiente para indicar precocemente o que seriam talentos esportivos?

d) ainda que esses dados possam ser minimamente indicativos, como basear-se em uma normatização que, assumidamente, não é representativa das imensas diferenças do país, porque limitada a amostras coletadas apenas em duas regiões, justamente as duas de maior desenvolvimento social e econômico (Sul e Sudeste)?

e) se a metodologia da ação prevê que os testes devem ser realizados em populações escolares, não deveria ser também do seu interesse pensar a escola para além do possível talento esportivo? Como ficam, no caso, os professores de Educação Física, os demais alunos, os investimentos em infraestrutura esportiva na escola etc.?

f) e, por fim, no âmbito das políticas públicas de um governo que se pretende representante do campo da esquerda popular e democrática, será que compete ao seu Ministério do Esporte fazer altos investimentos em detecção de talentos esportivos a serem disponibilizados para instituições privadas, como federações e clubes?

Os dois estudos documentais, relatados anteriormente, expressam, sem dúvida, a falta de organicidade e de definição quanto a uma linha de ação governamental objetiva sobre políticas públicas de esporte, que atenda, sobretudo, a imensa maioria de crianças e jovens, que querem e têm o direito de acesso à cultura esportiva, sem desigualdades, sem exclusões, especialmente no âmbito escolar.

Neste sentido, pensamos que o debate acadêmico entre “um esporte (que acontece) *na* escola” e “um esporte (que se constrói com a marca) *da* escola”, que envolveu, entre outros, pensadores como Valter Bracht (1992), Elenor Kunz (1994), Tarcísio Mauro Vago (1996) e Sávio Assis de Oliveira (2001), tem ainda muitos subsídios a oferecer para a fundamentação de práticas pedagógicas de esporte em ambientes educacionais, que sejam realmente integradoras de uma formação cultural calcada no esclarecimento e na cidadania emancipada. Inclusive com a inserção de temas que vêm emergindo da própria cultura esportiva, como os esportes radicais, de aventura e na natureza, as questões de inclusão e co-educação (de gênero, intergeracional, de aptidão esportiva, de portadores de necessidades educacionais especiais etc.), a cultura esportiva midiaticizada, entre tantos outros. Se já passamos da fase de “denúncia a anúncio”, ainda estamos por passar do “anúncio à realização”.

Aliás, pelos inúmeros encontros acadêmicos ou de iniciativa governamental que já foram realizados para pensarmos o esporte educacional, isso já deveria ter acontecido. Todavia, sabemos que para o desenvolvimento e consolidação da já referida cultura escolar de esporte (Vago, 1996), isto é, um esporte com características educacionais no âmbito da escola, é preciso que os agentes da sua realização estejam em condições efetivas de realizá-lo. Em outras palavras, não se faz esporte educacional, ou pelo menos não esporte educacional formativo e emancipatório, sem que os professores de Educação Física que atuam no cotidiano das instituições escolares, universitárias e socioeducativas sejam reconhecidos, valorizados, incentivados e apoiados. O que significa, segundo acreditamos, garantir-lhes dignas condições materiais, de infraestrutura, de capacitação e, sobretudo, de remuneração.

É claro que não estamos condicionando nem pregando que os professores devam ficar aguardando este reconhecimento acontecer de braços cruzados. Este jogo é político e é

neste âmbito que deve ser jogado. Aliás, essa é mais uma das aprendizagens que o esporte pode nos oferecer.

PRORROGAÇÃO: a Educação Física e o esporte escolar – para educar com/para o esporte

Mais recentemente, num exercício coletivo de autocrítica, nós, professores de Educação Física, passamos compreender que é impossível desconhecermos a importância educacional do esporte e, portanto, desconsiderarmos o esporte como um relevante conteúdo escolar. Mais que isso: não nos é facultado o direito de negarmos o direito de acesso qualificado à cultura esportiva, em qualquer dimensão ou manifestação, àqueles que se encontram sob a nossa responsabilidade profissional. Se o esporte é reconhecido hoje como um elemento importante na rica cultura de movimento de nossa sociedade, *educar com/para o esporte* como formação cultural é tarefa pedagógica e compromisso urgente da Educação Física, e implica proporcionarmos aos alunos condições para a aquisição de chaves conceituais e técnicas para a compreensão, apropriação e reconstrução das práticas e dos conhecimentos sobre esporte.

Assim, educar com/para o esporte, visando a inserção autônoma e crítica na cultura esportiva como política pública, segundo pensamos, deve contemplar, entre outras possibilidades (Pires, no prelo):

- a) a fruição lúdica e prazerosa do *jogo esportivo*, na forma das diferentes modalidades e possibilidades de experiências no e com o esporte;
- b) a aprendizagem social e ética do convívio com o outro, com o diferente, numa perspectiva de reconhecimento e respeito à alteridade;
- c) a experiência e a educação estética para reconhecer e admirar a plástica dos movimentos no esporte;
- d) a satisfação pessoal/subjetiva de enfrentar desafios por meio da prática esportiva, e aprender sobre limites e possibilidades de superação;

- e) o conhecimento sobre a dinâmica esportiva, seus códigos, regras, técnicas etc., como praticante e como espectador;
- f) a compreensão crítica dos muitos discursos que perpassam o campo esportivo, inclusive o produzido pela mídia, que tende a se tornar hegemônico e influenciar as demais manifestações culturais do esporte.

Enfim, quando observamos atualmente tantos projetos que pretensamente promovem inclusão social *por meio* do esporte educacional (na escola e fora dela)¹⁰, parece-nos ser muito mais importante, necessário e urgente à Educação Física escolar preocupar-se, antes e sobretudo, em tentar *garantir a inclusão dos cidadãos sob nossa responsabilidade pedagógica na cultura esportiva*, não apenas como *atores sociais* a desempenhar papéis em roteiros esportivos escritos por outros, mas principalmente como *autores e produtores* da sua própria relação com esporte (Kunz, 1998). Uma relação educativa que se construa com base na perspectiva da apropriação crítica e criativa dos saberes/fazeres da cultura de movimento e da construção autônoma e participativa da cidadania emancipada para todos, no esporte e para além dele.

¹⁰ Referimo-nos a projetos como os do Instituto Ayrton Senna, Instituto Guga Kuerten, Fundação Xerox, Amigos da Escola, Fundação Gol de Letra, Segundo Tempo etc.

Referências

- BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.
- _____. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Vitória: Ed.UFES, 1997.
- BRASIL. Lei n. 10.793, de 01 de dezembro de 2003. Dá nova redação ao art. 26 da Lei n. 9394/96 (LDB).
- BRASIL-SEED/MEC. **Uma nova política para o desporto brasileiro**: esporte brasileiro, questão de estado. Relatório Conclusivo da Comissão de Reformulação do Desporto. Brasília, 1985.
- CAVALCANTI, Katia Brandão. **Esporte para todos**: um discurso ideológico. Rio de Janeiro: IBRASA, 1984.
- CHAVES, Renata Barcelos. **Ação “Descoberta do Talento Esportivo”**: o que está por trás disso? 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Educação Física) – Florianópolis: Centro de Desportos/UFSC, 2005.
- CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ESPORTE EDUCACIONAL. **Memórias**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Gama Filho, 1996.
- DARIDO, Suraya C. As olimpíadas de Sydney, o desempenho do Brasil e algumas implicações pedagógicas. **Motriz**, v. 6, n. 2, p. 101-105, jul./dez. 2000.
- DICKERT, Jurgen. A Educação Física no Brasil – a Educação Física brasileira. In: DICKERT, J.; KURZ, D.; BRODTMANN, D. **Elementos e princípios da Educação Física**: uma antologia. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: Ed.Unijuí, 1994.
- _____. Apresentação. In: _____ (Org.). **Didática da Educação Física**. v. I. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.
- JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.
- OLIVEIRA, Sávio Assis. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2001.
- PIRES, Giovani De Lorenzi. O “jogo esportivo” como ação socioeducativa. In: ROCHA, J. C. (Coord.). **Esporte e lazer**. Brasília: SESI-DN (Coletânea didática sobre lazer, Caderno n. 8) (no prelo).
- PRIOLLI, Gabriel. Antenas da brasilidade. In: BUCCI, Eugenio (Org.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2000.
- SANTIN, Silvino. **Educação Física**: temas pedagógicos. Porto Alegre: EST/ESEF, 1992.
- _____. **Textos malditos**. Porto Alegre: EST/ESEF, 2002.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- SILVEIRA, Juliano. **Dos documentos sobre o esporte da/na escola**: um diálogo entre a Proposta Curricular de Santa Catarina e o Programa Estadual Esporte Escolar. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Educação Física) – Florianópolis, Centro de Desportos/UFSC, 2003.
- TUBINO, Manoel Gomes. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.
- VAGO, Tarcísio Mauro. O “esporte na escola” e o “esporte da escola”: da negação radical para uma relação de tensão permanente – um diálogo com Valter Bracht. **Movimento**, v. 5, p. 4-17, set. 1996.